

INTERVENÇÃO MILITAR NAS ESCOLAS É MANOBRA PARA ILUDIR A POPULAÇÃO



O Governo do Distrito Federal (GDF) iniciou em 2019 camuflando os reais problemas existentes nas 678 escolas públicas da rede de ensino da capital federal. Nos primeiros dias do ano, anunciou a militarização de quatro escolas, com a pretensão de expandir para mais 36 unidades ao longo do mandato.

Segundo o Tribunal de Contas do DF, o Distrito Federal possui, hoje, mais de 200 escolas necessitando de reforma urgente. Além disso, a rede pública de ensino sofre com a falta de contratação de professores efetivos, tendo em vista que nos últimos cinco anos aposentaram, em média, mais de mil professores por ano.

Algumas escolas do DF, exemplar da Escola Classe 410 de Samambaia, tem ordem do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para ser demolida e reconstruída. No entanto, a atual gestão do Buriti, ignorando todos estes problemas que a rede possui, tenta resolver os problemas que a educação tem camuflando todas as deficiências com o anúncio da militarização de quatro unidades escolares.

Analisando a proposta do GDF com o que já é praticado em alguns estados e municípios do Brasil, o governo local utiliza da manobra de iludir a população triplicando os recursos e militarizando essas escolas. Além do envio de policiais

militares para o interior das escolas, a militarização em outros estados teve como princípio uma injeção de recurso, que é aquilo que realmente faz a diferença na melhoria do rendimento dos estudantes.

As escolas com intervenção militar têm rendimento questionável: não ocorre pelo fato do “modelo ser o militar”, é o investimento financeiro do estado que muda o rendimento dela. Uma escola militar recebe, em média, três vezes mais recursos que uma escola pública civil. Segundo o Ministério da Educação, as escolas militarizadas têm investimento de R\$ 19 mil/ano por estudantes, enquanto que nas públicas civis o investimento é de apenas R\$ 6 mil/ano (Brasil) e de R\$ 10 mil/ano para o Distrito Federal.

A opção encontrada pelo governador Ibaneis Rocha é de solucionar o problema educacional da rede pública de quatro unidades, posteriormente chegando a 40, e deixar ao desalento as demais. Essas 638 unidades continuarão com falta de professores e orientadores, falta de material pedagógico e muitas delas em condição precária, podendo até mesmo desabar, como informamos diversas vezes ao longo do último ano.

O rendimento e a qualidade do ensino estão diretamente ligados ao investimento empregado em cada escola. Esta a solução que o Sinpro defende e luta para a rede pública de ensino do Distrito Federal.



MILITARIZAR a educação é a solução?



O Governo do Distrito Federal anunciou, na última semana, que iniciará o processo de militarização de quatro escolas públicas do DF - Centro Educacional 1 da Estrutural, CED 3 de Sobradinho, CED 308 do Recanto e CED 7 de Ceilândia. A iniciativa faz parte do projeto SOS Segurança, que terá parceria com a Polícia Militar e foi anunciado sob a tônica de necessidade de combate à violência nas escolas.

O modelo educacional já foi implementado em alguns estados como Goiás, Bahia, Roraima e Mato Grosso e dividiu opiniões. Entretanto, será que a medida realmente seria a solução para as falhas encontradas no sistema público educacional brasileiro (indisciplina, evasão, violência, infraestrutura precária, qualidade do ensino, etc)?

Entenda por que o Sinpro-DF é contrário à iniciativa do governador Ibaneis Rocha (MDB).

O que está por trás da qualidade das escolas públicas militares?

O desempenho dos estudantes de escolas militares é questionável, tendo em vista que os institutos federais, em suas escolas de aplicação, têm obtido resultado superior ao das militarizadas com investimento inferior.

O acesso é extremamente dificultado aos alunos de renda mais baixa. A maioria dos alunos é de classe alta, geralmente filhos de militares. O restante ingressa somente por meio de seleção em que a concorrência por uma única vaga é enorme. O custo é

muito alto e para poucos. Diferentemente das escolas públicas civis, nas escolas militares existe o triplo de investimentos em estudantes e funcionários, além de menos estudantes por turma, o que contribui para o bom desempenho escolar.



Investimento nas escolas por estudante

Escolas Públicas (nacional)
R\$ 6 mil/ano por aluno



Escolas Públicas (Distrito Federal)
R\$ 10 mil/ano por aluno



Institutos Federais (IF's)
R\$ 16mil/ano por aluno



Escolas Militarizadas
R\$ 19mil/ano por aluno



A opinião de especialistas e estudiosos

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) publicou um estudo sobre o tema, com uma análise da Prof. Virginia Maria Pereira de Melo. Ela acredita que os resultados obtidos nestas escolas militarizadas, e que têm seduzido parte da sociedade, advém de “uma situação privile-

giada. São situações decorrentes não da gestão militar, mas das condições diferenciadas efetivamente oferecidas. Caso essas mesmas condições estivessem presentes nas demais escolas públicas, elas e seus profissionais seriam com certeza capazes de assumir o trabalho com a competência necessária”.



Por que as escolas públicas militares são melhores que as civis?

- Tripla de investimento por aluno**
- Mais funcionários na escola**
- Menos alunos por turma**

Na medida em que a exclusão vai se aprofundando, alunos pobres não entram na escola, alunos com dificuldade intelectual não entram na escola e alunos com comportamento inadequado para os padrões militares não permanecem na escola.

Escola militarizada representa a segregação de alunos e é ensino privado disfarçado de público

A militarização gera um maior custo aos pais. Isso porque é preciso pagar várias taxas, desde a matrícula aos uniformes. Há relatos de locais em que os pais gastam de R\$ 700 a R\$ 900 apenas com uniformes. Outro ponto polêmico é a exclusão. Não existe igualdade de condições de acesso e permanência. As experiências de outros estados mostraram que o egresso acontece somente por meio de seleção, ignoram completamente a questão da inclusão porque não aceitam alunos com necessidades especiais e, como não podia ser diferente, parte das vagas é destinadas aos próprios filhos dos militares. Além disso, na maioria das vezes as instituições são localizadas em locais mais nobres, ou seja, os alunos de áreas periféricas ficam excluídos e o que aconteceria com os alunos excluídos que não se enquadram no perfil? Já sabemos a resposta. A militarização da escola pública constitui práticas pedagógicas que limitam os princípios constitucionais do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Contratação de professores e orientadores educacionais

A curto prazo, policiais suprem a necessidade de contratação de orientadores(as) educacionais e dividem a responsabilidade com a administração da escola. A médio e longo prazo, policiais poderão assumir completamente a direção das escolas e substituir parcialmente os(as) professores(as) regentes.

é fazer a segurança dos cidadãos e cidadãs. O GDF já noticiou que não vai tirar policiais militares que fazem serviço de rua, e sim serão alocados para esse projeto policiais que estão afastados do serviço de rua por restrição médica.

Resta-nos a pergunta: como uma pessoa com algum tipo de restrição médica atuará com crianças e adolescentes?

Existe o desvio de finalidade da função da Polícia Militar, que

Contratação de professores e orientadores educacionais



CURTO PRAZO

Policiais suprem a necessidade de contratação de orientadores educacionais. Dividem a responsabilidade da administração da escola.

MÉDIO E LONGO PRAZO

Policiais assumem completamente a direção das escolas. Policiais substituem parcialmente os professores regentes.

Exclusão



- Sorteio a curto prazo;
- Prova de seleção a médio prazo;
- Maior concorrência;
- Moradores da redondeza serão excluídos;

- Fardamento pago pelos pais, R\$700,00/ano;
- Migração da rede privada;
- Alunos que não se enquadrarem no perfil serão expulsos.

As diferenças e o equívoco da militarização



Essa “maquiagem” torna claro que a proposta de militarização, embora tenha boa repercussão na sociedade em geral, por seus resultados imediatos, está marcada por equívocos graves, que podem repercutir negativamente na formação de várias gerações.

É princípio constitucional que o Estado deve oferecer a todos uma escola pública, gratuita, democrática, com diversidade de ideias e concepções pedagógicas, e à qual todos tenham as mesmas condições de acesso e permanência com sucesso.

Quando as escolas militares aparecem como verdadeiras “ilhas de excelência”, cobrando taxa de matrícula e mensalidades, mesmo sob a forma de contribuições voluntárias, fazem reserva de vagas para filhos de militares, não são questionadas pelas famílias e nem pelas autoridades por fazerem cumprir suas normativas disciplinares, está estabelecida a diferença, a exclusão.

O papel da polícia é resguardar o cidadão, garantindo sua segurança, não podendo assim assumir o encargo da educação. Educação é atribuição do professor. A escola é espaço de aprendizagem, de formação de cidadania, de construção de valores e atitudes, e para que ela possa se efetivar como tal, não é necessário que seja militarizada.

Basta que sejam destinados a ela os mesmos recursos encaminhados às escolas militares, tanto financeiros quanto de pessoal.



Qual a solução democrática para o problema da educação no DF e do Brasil?

De modo geral, é preciso triplicar o investimento em todas as escolas públicas civis e reduzir o número de alunos por turma, bem como ampliar o atendimento do batalhão escolar da Polícia Militar para todas as escolas, sem rodízio, nos padrões mínimos como havia até 2006. No DF é preciso contratar mil orientadores educacionais e 3 mil professores para suprir o déficit de educadores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal.

Solução democrática



Triplicar o investimento de todas as escolas públicas civis



Reduzir o número de alunos por turma



Investir R\$ 19 mil por aluno das escolas públicas civis



Contratar mil orientadores educacionais



Contratar 3 mil professores



Ampliar o atendimento do batalhão escolar da PM para todas as escolas, sem rodízio, nos padrões mínimos como havia até 2006

Escolas públicas federais têm ensino superior às militares

O governo em 2016, para justificar a reforma do ensino médio, ignorou o desempenho das Escolas Federais e IFs no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Se considerado o desempenho das escolas federais no PISA, o Brasil seria uma referência mundial em educação, ficando em 11º lugar no mundo em qualidade do ensino.

Além disso, o Ministério da Educação tem deixado os institutos federais de fora da divulgação dos resultados gerais do Enem e do IDEB, pois se considerados, as avaliações do ensino público brasileiro teriam um resultado superior e não justificariam as tentativas do governo em reformar o ensino médio e tentar implantar o modelo de escolas militares.

Rendimento escolar da rede pública por modelo



Institutos Federais (IF's)



Militar/Militarizada



Pública (civil)

Faltam escolas na minha cidade!

FALTAM ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL